

Renegociação é o destaque

O Brasil passou a ter pressa em fechar acordo com os credores externos e a renegociação da dívida continuará a ser, esta semana, o principal assunto em discussão na área econômica. O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira receberá na quinta-feira, os membros da Comissão da Dívida Externa do Senado Federal, para explicar os próximos passos dos entendimentos com os bancos credores.

Na quarta-feira, o assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, e o diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, seguem para Nova York, com duplo objetivo: prepara o terreno para a reunião do próximo dia 19 com o comitê de assessoramento dos

bancos credores e evitar o rebaixamento, no dia 26, dos créditos brasileiros pelo comitê interdepartamental do governo norte-americano.

A decisão brasileira de acelerar o processo de renegociação da dívida tem razões concretas. A primeira é a ameaça de reclassificação dos créditos brasileiros e a segunda, as previsões nada favoráveis para a economia mundial, com efeitos traumáticos sobre o conjunto dos países devedores, a partir do segundo semestre de 1988.

A exemplo do ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, o Ministério da Fazenda e o Banco Central aceitam a tese de que o governo norte-americano não poderá adiar o ajuste de sua economia para recuperar

a balança comercial e conter o déficit fiscal. Como resultado, juros mais altos e corte das importações, principalmente via maior desvalorização do dólar frente as demais moedas fortes.

O ajuste econômico nos Estados Unidos terá, caráter recessivo, com extensão às outras economias desenvolvidas. Para os países devedores como o Brasil, os prejuízos virão em dobro: aumento dos encargos da dívida externa e ampliação das dificuldades para exportar. Por isso, o Banco Central já trabalha, para o próximo ano, com as hipóteses de crescimento zero das exportações e elevação dos juros devidos da previsão original de US\$ 8,4 bilhões para a casa dos US\$ 10 bilhões.